



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/08/2017

INDICE

1. AÇÕES TJMA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. CONVÊNIOS	
2.1. JORNAL A TARDE.....	3 - 4
3. DECISÕES	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	5
3.2. JORNAL PEQUENO.....	6 - 7
4. ESMAM	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	8
5. EVENTOS	
5.1. JORNAL EXTRA.....	9 - 13
6. FALECIMENTO	
6.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	14

TJMA e Cemar assinam contratos revisados que gerarão economia de mais de R\$ 500 mil por ano



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Cemar assinaram, na última quinta-feira (27), contratos revisados de fornecimento de energia elétrica sob demanda.

TJMA e Cemar assinam contratos revisados que gerarão economia de mais de R\$ 500 mil por ano

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Cemar assinaram, na última quinta-feira (27), contratos revisados de fornecimento de energia elétrica sob demanda. O trabalho minucioso realizado pela Diretoria de Engenharia e pela Divisão de Análise e Faturas nas unidades de média tensão resultará em uma economia de mais de R\$ 500 mil por ano para a Justiça maranhense.

Os contratos foram assinados em reunião realizada na Presidência do TJMA, com a presença do presidente, desembargador Cleones Cunha, do presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, desembargador Jorge Rachid, diretora-geral do



Tribunal, Isabella Lago, diretora de Engenharia, Tyara Oliveira, diretor Financeiro, Amudsen Silveira, coordenador de Finanças, Fernando Marques, engenheiro eletricista do TJMA, Patryckson Santos, coordenadora de Projetos de Arquitetura e Engenharia do TJMA, Caroline Buhaten, chefe da Divisão de Análise e Faturas, Se-

bastião Rocha Filho, e a coordenadora das atividades do Núcleo Socioambiental, Joelma Nascimento.

Pela Cemar, estiveram presentes o diretor de Relações Institucionais, José Jorge Leite Soares, a consultora de Clientes Corporativos, Mariane Carolino, e a assistente comercial Raithanha Lima. O presidente da Associação dos Magistrados

do Maranhão (AMMA), Ângelo Alencar, também participou da reunião.

“É uma alegria presenciar este momento. Primeiro, pela questão socioambiental, quando percebemos que o consumo está sendo reduzido, por uma ação conjunta de todos os servidores e magistrados, e, claro, com total incentivo do Núcleo Socioambiental do TJ; segundo, pela questão econômica. Não podemos dizer que uma economia de meio milhão por ano não é significativa para o Judiciário, pelo contrário, vem em um momento muito importante”, declarou o presidente Cleones Cunha, elogiando todos os envolvidos no trabalho e o desembargador Jorge Rachid pelo trabalho incansável em prol da questão socioambiental.



Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga fala sobre as ações do Ministério Público do Maranhão

PÁGINA 5

UM ANO DE GESTÃO

Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga fala sobre as ações do Ministério Público

“**E**stamos reunidos aqui, hoje, para agradecer a Deus o dom de nossa existência e para render-lhe graças e bênçãos pela posse do Promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho no cargo de Procurador-Geral de Justiça. Celebramos a Deus por este momento de envio de missão, representada pelo mandato que se inicia, rogando a Ele para que sejamos renovados na nossa disposição de servir ao Ministério Público e à sociedade, na certeza de que estamos construindo um mundo melhor, mais justo e fraterno”. Com estas palavras, o padre Cláudio Sampaio e o pastor Jedaías Azevedo iniciaram, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, manhã do dia 14 de junho de 2016, a Celebração Ecumênica em Ação de Graças pela Posse do Promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão. E certamente, Deus ouviu a mensagem e permanece iluminando o titular do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Colégio de Procuradores, Promotores, seus colaboradores e as pessoas que buscam no órgão seus direitos como cidadãos.

Evidentemente que na mesma data e local, no período da noite, numa pomposa sessão solene que contou com a presença do governador Flávio Dino, secretários, representantes dos poderes Legislativo e Judiciário do Estado, do Município, Ministério Público, imprensa, familiares convidados especiais, Luiz Gonzaga Martins Coelho foi empossado oficialmente em tão valioso e importante cargo. Observa-se, assim, que a crença em Deus e a confiança nas pessoas, além de princípios básicos como o diálogo permanente e transparência, são marcas registradas deste magistrado que assumiu essa missão com os pés firmados no alicerce da determinação, da simplicidade, da humildade, dando oportunidade para o cidadão.

Decorridos pouco mais de um ano que assumiu ao cargo, o Procurador-Geral de Justiça elencou, em questionário encaminhado pelo do Jornal Extra, ações desenvolvidas em sua gestão à frente do Ministério Público do Maranhão, enfatizando especialmente o aprimoramento das relações institucionais dos poderes; a gravidade desse momento político-econômico nacional; o enfrentamento à corrupção; a valorização do servidor; entre outro tópicos. Confira:

JORNAL EXTRA - Passado um ano de sua gestão, qual é a marca de Luiz Gonzaga Martins Coelho à frente do Ministério Público do Maranhão?

PGJ - Assumimos o Ministério Público norteado por princípios de uma gestão moderna, dentre os quais a transparência; diálogo constante com todos os segmentos, fomentando o debate interno com respeito às divergências; aprimoramento das relações institucionais com os poderes e instituições.

Vejo, com ânimo renovado, que a valorização, união e respeito entre membros e servidores foram muito fortalecidos nesse período, propiciando o crescimento experimentado pela Instituição, em vários sentidos. Imbuído nesse sentimento de propiciar e estimular o contínuo aprimoramento do

Ministério Público maranhense, desenvolvemos várias ações nos últimos doze meses, tanto no campo institucional, quanto visando o reaparelhamento humano e estrutural da Instituição, sobretudo valorizando as pessoas que aqui dedicam suas vidas profissionais, como membros ou servidores, tanto da ativa quanto os aposentados, mantendo o respeito e diálogo constante e transparente com as entidades classistas.

Apesar da gravidade do momento político-econômico nacional, onde os membros do Ministério Público estão na berlinda, sendo alvo de ataques infundados por parte de maus gestores e políticos, temos conseguido manter as nossas prerrogativas, sobretudo as conquistas institucionais atribuídas pela Lei Maior ao Ministério Público, ao passo que, juntamente com as entidades classistas local e nacionais, continuamos vigilantes e atuando firmemente em defesa da carreira ministerial.

Prezando pela transparência e constante diálogo aberto com toda a classe, implantamos os Encontros Regionais de Gestão - EREGs, nos polos predeterminados, oportunidade que levamos toda Administração Superior, inclusive os CAOps, junto aos Promotores de Justiça, viabilizando a celebração de

incontáveis Termos de Ajustamento de Conduta com as Administrações Municipais, com benéficos efeitos aos cidadãos, pela adoção das políticas públicas ali preconizadas.

Estimulamos o diálogo interinstitucional aproximando todas as Instituições que possuem atividade correlata com o Ministério Público, numa conversa

aberta e transparente, visando atender ao objetivo finalístico do Plano Estratégico no combate à corrupção e a improbidade administrativa.

Imbuídos desse mesmo espírito, promovemos o diálogo institucional e consultas a toda classe, para discutirmos a arquitetura organizacional, trazendo à baila, temas importantes e sensíveis a toda a carreira, como por exemplo, a unificação ou elevação de entrâncias, a remoção e seus critérios, entre outros temas de extremo interesse institucional.

JORNAL EXTRA - Em sua campanha e no discurso de posse, o senhor marcou uma posição muito forte no combate à corrupção. Que medidas foram tomadas nesse sentido e que resultados já podem ser mensurados?

PGJ - As diretrizes do Ministério Público foram traçadas no Plano Estratégico para o período de 05 (cinco) anos, iniciado em 2016 com a definição de sua visão, princípios, objetivos, indicadores e metas, onde se destaca a qualificação para atuação no enfrentamento à corrupção, haja vista que essas práticas

afetam diretamente a qualidade de vida da população maranhense.

Deste modo, adotamos como prioridade o enfrenta-

tamento à corrupção e à improbidade administrativa, de forma a buscar a apuração e a célere e eficaz punição de condutas criminosas e ímprobas.

A partir daí, iniciamos um amplo espectro de atuação institucional, sob o mote maior do combate à corrupção, sendo que o Ministério Público do Maranhão é um dos 03 finalistas do Prêmio do CNMP deste ano, com o projeto de combate à corrupção.

Nesse sentido, visando qualificar o Ministério Público para esta tarefa, lançamos a campanha Institucional "A cidade não pode parar: Campanha pela transparência na transição municipal" e o programa institucional "Ministério Público contra a corrupção e a sonegação fiscal", dentre outras.

Criamos o Grupo Especializado da Proibição Administrativa e Combate à Corrupção - GAEPROAD, e os Núcleos Regionais de Atuação Especializada da Proibição Administrativa e Combate à Corrupção - NAEPACS.

Implantamos o Portal anticorrupção e respectivo ranking. Estamos viabilizando o laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro - LABLD, e aderindo a Rede LAS em âmbito nacional, viabilizando a utilização de ferramentas e soluções voltadas para análise de dados bancários, financeiros, fiscais e patrimoniais. Também criamos Núcleos Regionais do GAECO nos polos de Imperatriz e Timon, ampliando a atuação deste grupo de atuação especial no Estado do Maranhão. Por fim, encaminhamos proposta de criação de Promotorias Regionais

específicas para o combate à sonegação em Timom e Imperatriz.

Assim, entendo que o Ministério Público do Estado do Maranhão, através dos Promotores e Procuradores de Justiça, vem atuando de forma firme no combate a corrupção, através das investigações civis e criminais, bem como interpondo ações civis por atos de improbidade e as ações penais pelos crimes praticados por maus agentes públicos.

JORNAL EXTRA - Em meio à crise econômica enfrentada pelo país, e que tem atingido também as instituições públicas, como tem sido estar à frente de um órgão como o Ministério Público?

PGJ - Era de nosso conhecimento, que o cenário político e econômico do Brasil não era dos mais favoráveis nesse momento histórico, mas mesmo ciente disso assumi o desafio de administrar a Instituição da melhor maneira possível, otimizando os recursos disponíveis ao Ministério Público e buscando incessantemente a eficiência e objetividade na gestão de modo a podermos encontrar espaço para crescer, mesmo diante de todas as dificuldades que são notórias, e que certamente atingem todas as instituições públicas. Para isso me pautei pelo diálogo aberto e transparente com todos os que estão na instituição, propiciando o acesso integral a nossa administração.

Começamos implantando a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, com o corpo de servidores necessários, além da criação de novos cargos destinados à Secretaria Institucional - SECINST, visando a implementação da Gestão por Competência.

Na seara da gestão de pessoal, alcançamos importantes conquistas em prol dos nossos servidores, notadamente em relação à valorização das carreiras com manutenção da atratividade remuneratória e estendendo vários direitos, como a ampliação de casos para concessão de licença para acompanhamento de pessoa da família. Outra notável conquista foi a elevação do nível funcional dos Assesores de Promotores de Justiça, que até janeiro de 2018

passará para o nível CC 06, propiciando importante melhoria remuneratória, tornando o cargo bastante atrativo e valorizando a categoria de servidores que presta relevante serviço à Instituição.

Hoje todos os servidores do Ministério Público têm o que comemorar, pois somos a Instituição que melhor remunera o seu corpo funcional dentro do Estado do Maranhão, e comparando com outras unidades do Ministério Público, estamos nos patamares mais altos nessa matéria. O ganho real para os servidores efetivos, ou seja, o percentual acima da inflação oficial foi bastante acentuado nos últimos 04 anos.

Além disso, criamos 40 (quarenta) novos cargos efetivos, sendo 25 (vinte e cinco) de Técnicos e 15 (quinze) de Analistas, os quais já estão sendo preenchidos visando suprir as lacunas de servidores nos municípios e propiciar a instalação dos Núcleos de Assistência Técnica Regionais no Estado do Maranhão, dentre outras demandas da Administração. Por força disso, está em andamento o amplo processo de remoção movimentando as respectivas carreiras de servidores.

Com esforço e seriedade na gestão dos recursos, mesmo com todos estes investimentos, estamos confortáveis em relação ao comprometimento de despesas de pessoal perante a Receita Corrente Líquida do Estado, atualmente em 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) quando o limite do Ministério Público é de 2,00% (dois por cento).

JORNAL EXTRA - Qual a situação atual do Ministério Público do Maranhão em relação à estrutura das promotorias de justiça no interior do estado em São Luís?

PGJ - No ponto de vista estrutural estamos melhorando as instalações físicas das Promotorias por todo o Estado, dedicando especial atenção àquelas que eram consideradas em piores condições. Os resultados têm sido visíveis e foram várias Promotorias inauguradas, dezenas de Promotorias reformadas, outras dezenas relocadas com economia aos cofres públicos, não havendo hoje nenhuma promotoria em Fóruns no Estado do Maranhão. Em destaque, a marcante sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz, na região Tocantina, que foi inaugurada em dezembro de 2016, tornando-se referência em termos de funcionalidade e economicidade nos recursos públicos.

Também estamos promovendo construções de novas Promotorias de acordo com um planejamento elaborado com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Maranhão - FEMPE, a exemplo das Promotorias de Caxias, Vitorino Freire e Rosário. Na capital, realizamos a licitação - já, com o início próximo das obras - da reforma ampla

da sede antiga da Procuradoria Geral de Justiça, localizada no Centro, que além de abrigar os CAOps, também acolherá a Escola Superior do MPMA, o Memorial e Promotorias Especializadas.

Com relação às Promotorias de Justiça da Capital, entramos na reta final da reforma, inclusive realizando a licitação para o cabeamento estruturado e lógico, e para a refrigeração do prédio, com previsão para serem entregues à sociedade no final do ano de 2017, caso não haja nenhuma intercorrência no andamento dos trabalhos.

JORNAL EXTRA - Para finalizar, o senhor tem algo a acrescentar?

PGJ - Vejo que muito foi feito, mas ainda muito há a alcançar, e somente com a adesão de todos os membros e servidores aos nossos projetos institucionais, arrimados no Planejamento Estratégico delineado por todos estes, de maneira democrática, é que conseguiremos marchar ainda mais firmes na busca de consolidar o nosso papel de transformadores da realidade social.

Não posso deixar de agradecer a toda a minha equipe de membros e servidores que tem sido incansável e aderiu plenamente a nossa proposta de gestão, e reconhecer que todos os membros do Ministério Público, Procuradores e Promotores de Justiça e seus servidores é quem têm o mérito por estar o Ministério Público em alto conceito na sociedade maranhense no momento atual.



Seminário

O número crescente de ações ajuizadas nos diversos órgãos do Poder Judiciário, buscando tutela jurídica para o fornecimento de medicamentos, tratamento de doenças, realização cirurgias, dentre outros procedimentos será tema do I Seminário de Políticas Públicas de Saúde promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), de 2 a 4 de agosto, em São Luís. O evento reunirá juízes estaduais e federais, além de promotores, advogados e defensores públicos, na Associação dos Magistrados (AMMA), para debater sobre a presença cada vez mais constante do Poder Judiciário no cotidiano da gestão em saúde.

É pra curtir

■ A Justiça do Maranhão está de luto com o falecimento segunda-feira do desembargador aposentado Antônio Pacheco Guerreiro, pai do desembargador Antônio Pacheco Guerreiro Júnior.

■ A sociedade perde um magistrado dedicado que fez história no Judiciário maranhense. Nosso mais profundo pesar aos seus familiares.

OFENSA

Usuário do Facebook ganha direito de resposta

Ribamar Pinheiro



Desembargador Raimundo Barros foi o relator da ação no colegiado

A rede social Facebook terá que postar e manter, por 30 dias, o direito de resposta de um usuário, no endereço de outro, identificado em perfil falso como “Zé Linguarudo da Silva”. O internauta que moveu a ação disse que houve publicação ofensiva a sua honra e imagem no perfil “fake”. A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença de primeira instância.

O Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz também já havia fixado multa diária de R\$ 1 mil, em caso de descumprimento da decisão, além de ter condenado o Facebook ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 5 mil.

A rede social apelou ao

TJMA, contra a decisão da Justiça de 1º Grau, alegando, preliminarmente, que o usuário ofensor é litisconsorte (parte) necessário em ação de direito de resposta. Sustentou ilegitimidade passiva do Facebook, devido à ausência de responsabilidade pelo conteúdo postado e falta de interesse do apelado, pois ele poderia publicar o texto no site do Facebook por conta própria. No mérito, argumentou que a obrigação de garantir a divulgação da resposta deve ser imposta ao ofensor.

O desembargador Raimundo Barros, relator da apelação, observou que, embora o titular do perfil ofensor tenha se identificado como “Zé Linguarudo da Silva”, a pessoa em questão aparentemente não existe, fato não impugnado

do pelo Facebook. Explicou não ser razoável limitar o acesso à Justiça pela formação do litisconsórcio com pessoa que se desconhece, sob pena de inviabilizar a medida.

O relator disse que não há como afastar a legitimidade passiva do Facebook, especialmente considerando que, no caso, a publicação ofensiva partiu de um perfil anônimo. Por fim, disse que a preliminar de falta de interesse de agir confunde-se com o próprio mérito do recurso.

Após rejeitar as preliminares, Raimundo Barros julgou o mérito. Afirmou que o magistrado de base, ressaltando que o Facebook não atendeu ao comando de remoção do conteúdo e de identificação do usuário que publicou a nota ofensiva, julgou procedente o pedido inicial do autor da ação.

Barros destacou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui entendimento firme no sentido de que não cabe aos provedores exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas por seus usuários, no entanto, “devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos”, bem como devem manter “um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários”.

O relator disse que não se trata de realizar uma mitigação dos princípios da livre manifestação e da liberdade de expressão. Explicou que tanto uma quanto outra encontram limites em outros princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana, da personalidade e da vedação ao anonimato.

Quanto ao direito de resposta, falou que a Constituição Federal, no rol de Direitos e Garantias Fundamentais, assegura que deve ser proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

O desembargador considerou correta a decisão do juiz de Primeiro Grau e ressaltou que, nos termos de norma da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o provedor poderá ser responsabilizado pelos danos decorrentes de conteúdo gerado se, “após ordem judicial específica, não tomar providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente”.

Os desembargadores José de Ribamar Castro e Ricardo Duailibe concordaram com o voto do relator, negando provimento ao recurso do Facebook (Protocolo nº 48301/2016 – Imperatriz). (*Asscom TJMA*)

Prorrogada correição da 2ª Câmara Cível do TJMA

A Portaria-TJ/6259/2017, assinada pelo presidente em exercício da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, prorroga a Correição Geral Ordinária

do referido Órgão Colegiado pelo período de 18 dias, com início às 8h do dia 1º de agosto e encerramento no dia 18 de agosto de 2017, exclusivamente no acervo de processos físicos que tramitam no Sistema Themis

SG, nos termos da Portaria-TJ-5710/2017.

A decisão foi tomada com anuência dos demais membros titulares da Segunda Câmara Cível, desembargadores Marcelo Carvalho Silva e Nelma Sarney.

Pleno do TJMA aprecia 22 processos hoje

Vinte e dois processos – incluindo recursos administrativos, projeto de lei, remoção – estão na pauta da sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão desta quarta-feira (2).

A agenda da sessão – que começa às 9h – será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário. Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA.

Sob a presidência do desembargador Cleones Cunha, o Pleno do Tribunal de Justiça é composto pelos 27 desembargadores.

Usuário do Facebook ganha direito de resposta

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância e a rede social Facebook terá que postar e manter, por 30 dias, o direito de resposta de um usuário, no endereço de outro, identificado em perfil falso como "Zé Linguarudo da Silva". O internauta que moveu a ação disse que houve publicação ofensiva a sua honra e imagem no perfil "fake". O Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz também já havia fixado multa diária de R\$ 1 mil, em caso de descumprimento da decisão, além de ter condenado o Facebook ao pagamento das custas processuais

e honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 5 mil. A rede social apelou ao TJMA, contra a decisão da Justiça de 1º Grau. O desembargador Raimundo Barros, relator da apelação, observou que, embora o titular do perfil ofensor tenha se identificado como "Zé Linguarudo da Silva", a pessoa em questão aparentemente não existe, fato não impugnado pelo Facebook. O relator disse que não há como afastar a legitimidade passiva do Facebook, especialmente considerando que, no caso, a publicação ofensiva partiu de um perfil anônimo. Por fim, disse que a preliminar de falta de interesse de agir confunde-se com o próprio mérito do recurso.

Informe JP

‘Zé Linguarudo’

A rede social Facebook terá que postar e manter, por 30

dias, o direito de resposta de um usuário, no endereço de outro, identificado em perfil falso como “Zé Linguarudo da Silva”. O internauta, que moveu a ação, de Imperatriz, disse que houve publicação ofensiva à sua honra e imagem no perfil “fake”. A decisão é da 5ª Câmara Cível do TJMA, que manteve sentença de primeira instância.